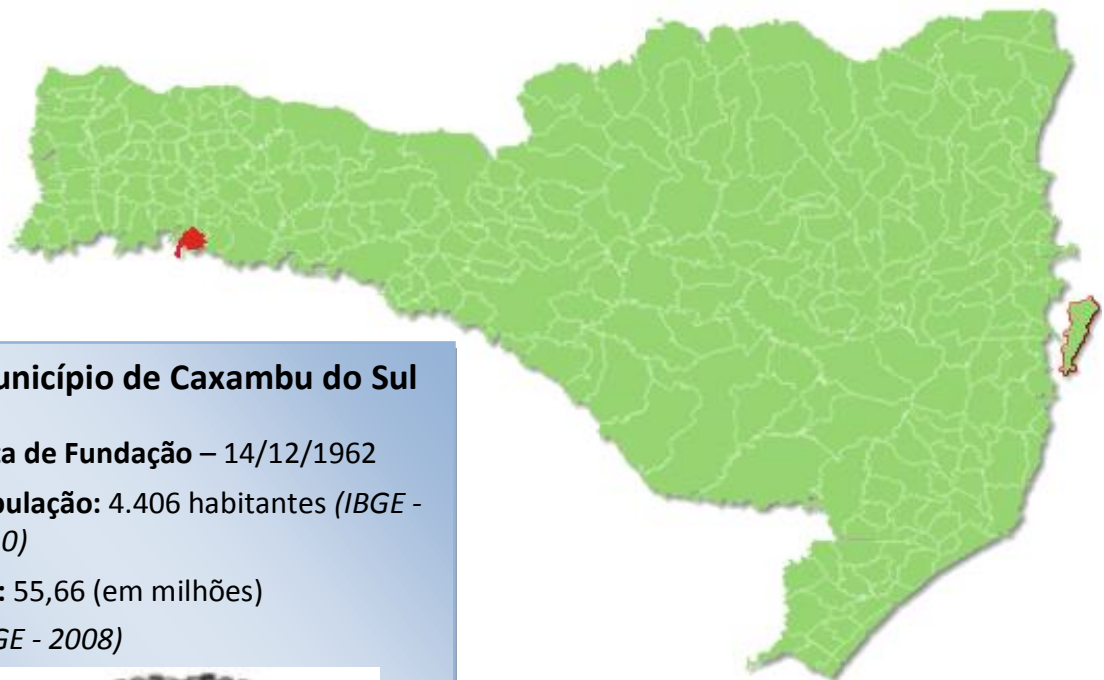




TRIBUNAL
DE CONTAS
DE SANTA
CATARINA

PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PREFEITO EXERCÍCIO DE 2010



Município de Caxambu do Sul

Data de Fundação – 14/12/1962

População: 4.406 habitantes (IBGE - 2010)

PIB: 55,66 (em milhões)
(IBGE - 2008)



SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	3
2. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO	4
3. ANÁLISE DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA.....	5
3.1. Apuração do resultado orçamentário	6
3.2. Análise do resultado orçamentário	6
3.3. Análise das receitas e despesas orçamentárias	7
4. ANÁLISE DA GESTÃO PATRIMONIAL E FINANCEIRA	14
4.1. Situação Patrimonial.....	15
4.2. Análise do resultado financeiro.....	16
4.3. Análise da evolução patrimonial e financeira	16
5. ANÁLISE DO CUMPRIMENTO DE LIMITES	19
5.1. Saúde	19
5.2. Ensino.....	21
5.2.1. Limite de 25% das receitas de impostos e transferências	21
5.2.2. FUNDEB.....	23
5.3. Limites de gastos com pessoal (LRF)	25
5.3.1. Limite máximo para os gastos com pessoal do Município.....	25
5.3.2. Limite máximo para os gastos com pessoal do Poder Executivo	26
5.3.3. Limite máximo para os gastos com pessoal do Poder Legislativo	27
6. DO CONTROLE INTERNO	28
7. DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - FIA.....	29
8. INCONSISTÊNCIAS CONTÁBEIS	31
9. OUTRAS RESTRIÇÕES	31
10. SÍNTESE DO EXERCÍCIO DE 2010	32
CONCLUSÃO.....	32
ANEXO	35

PROCESSO	PCP 11/00211265
UNIDADE	Município de Caxambu do Sul
RESPONSÁVEL	Sr. Vilmar Foppa - Prefeito Municipal
ASSUNTO	Prestação de Contas do Prefeito referente ao ano de 2010
RELATÓRIO N°	4678/2011

INTRODUÇÃO

O Tribunal de Contas de Santa Catarina, no uso de suas competências para a efetivação do controle externo consoante disposto no artigo 31, § 1º, da Constituição Federal e dando cumprimento às atribuições assentes nos artigos 113 da Constituição Estadual e 50 e 54 da Lei Complementar nº 202/2000, procedeu ao exame das Contas apresentadas pelo Município de Caxambu do Sul, relativas ao exercício de 2010.

O presente Relatório abrange a análise do Balanço Anual do exercício financeiro de 2010 e as informações dos registros contábeis e de execução orçamentária enviadas por meio eletrônico, buscando evidenciar os resultados alcançados pela Administração Municipal, em atendimento às disposições dos artigos 20 a 26 da Resolução nº TC-16/94 e artigo 22 da Instrução Normativa nº TC-02/2001, bem como o artigo 3º, I da Instrução Normativa nº TC-04/2004.

A referida análise deu-se basicamente na situação Patrimonial, Financeira e na Execução Orçamentária do Município, não envolvendo o exame de legalidade e legitimidade dos atos de gestão, o resultado de eventuais auditorias oriundas de denúncias, representações e outras, que devem integrar processos específicos, a serem submetidos à apreciação deste Tribunal de Contas.

No que tange a análise da situação Patrimonial e Financeira foram abordados aspectos sobre a composição do Balanço, apuração do resultado financeiro e de quocientes patrimoniais e financeiros para auxiliar a análise dos resultados ao longo dos últimos cinco exercícios.

Registre-se que a média regional indicada no presente relatório corresponde à respectiva Associação de Municípios que abrange Caxambu do Sul, sendo que as médias apresentadas foram geradas em 06/10/2011.

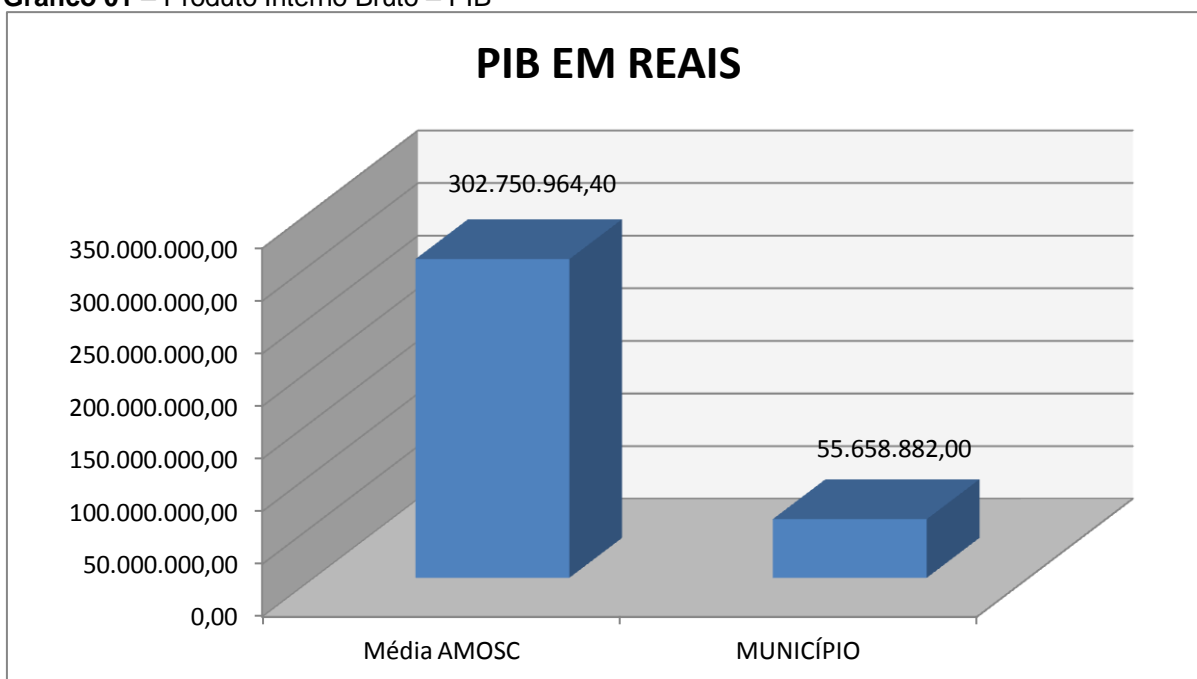
Com referência a análise da Gestão Orçamentária tomou-se por base os instrumentos legais do processo orçamentário, a execução do orçamento de forma consolidada a apuração e a evolução do resultado orçamentário, atentando-se para o cumprimento dos limites constitucionais e legais estabelecidos no ordenamento jurídico vigente.

2. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO¹

A região onde se localiza o município de Caxambu do Sul recebeu os primeiros colonizadores por volta de 1940. Imigrantes italianos de vocação agrícola, amantes da dança e da música, ocuparam as terras próximas às estâncias hidrominerais de Águas de Chapecó e de São Carlos e dedicaram-se à agricultura de subsistência. O nome Caxambu do Sul é inspirado em Águas de Caxambu, estância hidromineral de Minas Gerais.

O Município de Caxambu do Sul tem uma população estimada em 4.406² habitantes e Índice de Desenvolvimento Humano de 0,74³. O Produto Interno Bruto alcançava o valor de R\$ 55.658.882,00⁴, revelando um PIB per capita à época de R\$ 11.142,92, considerando uma população estimada em 2008 de 4.995 habitantes.

Gráfico 01 – Produto Interno Bruto – PIB



Fonte: IBGE – 2008

No tocante ao desenvolvimento econômico e social mensurado pelo IDH/PNUD/2000, o Município de Caxambu do Sul encontra-se na seguinte situação:

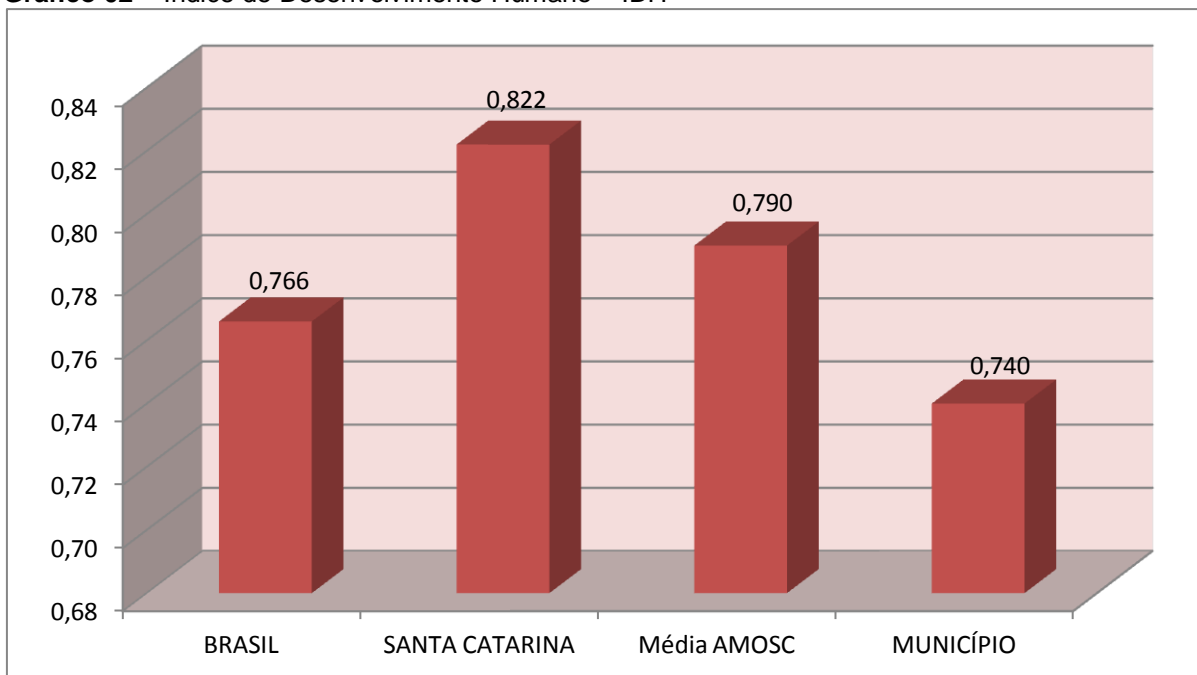
¹ Disponível em: www.sc.gov.br/portalturismo

² IBGE - 2010

³ PNUD - 2000

⁴ Produto Interno Bruto dos Municípios – IBGE/2008

Gráfico 02 – Índice de Desenvolvimento Humano – IDH



Fonte: PNUD – 2000

3. ANÁLISE DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

A análise da gestão orçamentária envolve os seguintes aspectos: demonstração da apuração do resultado orçamentário do presente exercício, com a demonstração dos valores previstos ou autorizados pelo Poder Legislativo; apurando-se quocientes que demonstram a evolução relativa do resultado da execução orçamentária do Município; a demonstração da execução das receitas e despesas, cotejando-as com os valores orçados, bem como a evolução do esforço tributário, IPTU per capita e o esforço de cobrança da dívida ativa. Por fim, apura-se o total da receita com impostos (incluindo as transferências de impostos) e a receita corrente líquida.

Segue abaixo os instrumentos de planejamento aplicáveis ao exercício em análise, as datas das audiências públicas realizadas e o valor da receita e despesa inicialmente orçadas:

Quadro 01 – Leis Orçamentárias

LEIS		DATA DAS AUDIÊNCIAS	RECEITA ESTIMADA	12.000.000,00
PPA	1175/2009	15/07/2009	DESPESA FIXADA	12.000.000,00
LDO	1181/2009	10/09/2009		
LOA	1186/2009	10/09/2009		

3.1. Apuração do resultado orçamentário

A execução orçamentária do Município pode ser demonstrada, sinteticamente, da seguinte forma:

Quadro 02 – Demonstração do Resultado da Execução Orçamentária (em Reais) – 2010

Descrição	Previsão/Autorização	Execução	% Executado
RECEITA	12.000.000,00	10.243.952,57	85,37
DESPESA (considerando as alterações orçamentárias)	14.112.455,56	10.195.241,67	72,24
Superávit de Execução Orçamentária		48.710,90	

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

O confronto entre a receita arrecadada e a despesa realizada, resultou no Superávit de execução orçamentária da ordem de **R\$ 48.710,90**, correspondendo a **0,48%** da receita arrecadada.

Salienta-se que o resultado consolidado, Superávit de R\$ 48.710,90, é composto pelo resultado do Orçamento Centralizado - Prefeitura Municipal, Superávit de R\$ 48.710,90 e do conjunto do Orçamento das demais Unidades Municipais Equilíbrio de R\$ 0,00.

3.2. Análise do resultado orçamentário

A análise da evolução do resultado orçamentário é facilitada com o uso de quocientes, pois os resultados absolutos expressos nas demonstrações contábeis são relativizados, permitindo a comparação de dados entre exercícios e municípios distintos.

A seguir é exibido quadro que evidencia a evolução do Quociente de Resultado Orçamentário do município de Caxambu do Sul nos últimos 5 anos:

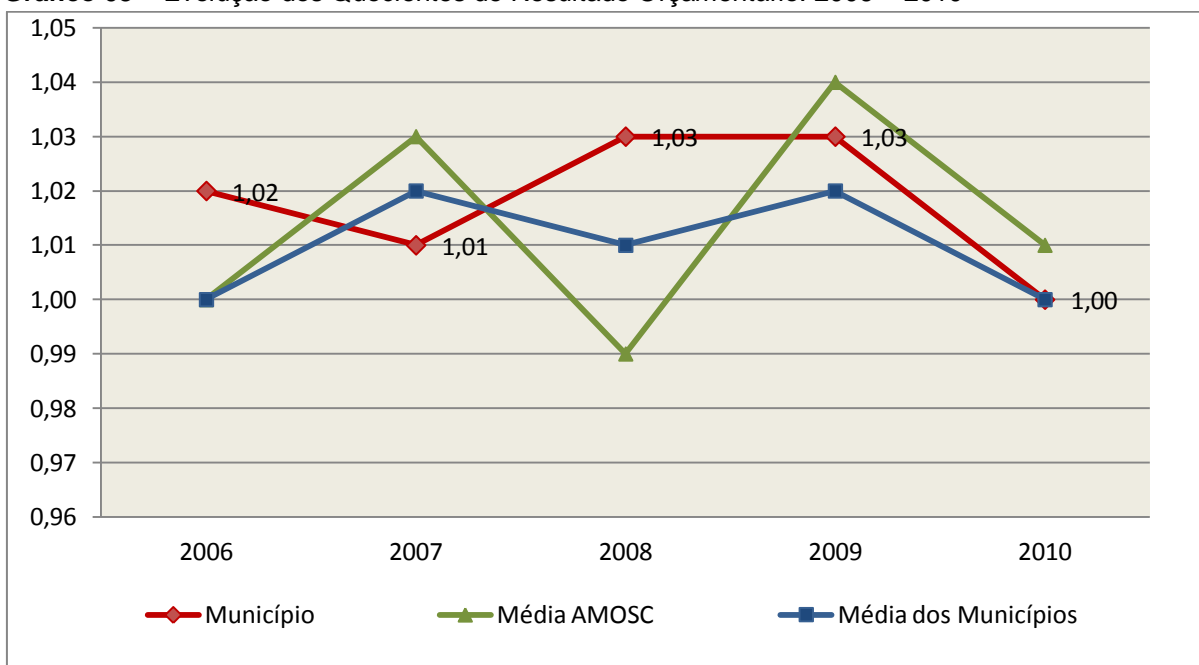
Quadro 03 – Quocientes de Resultado Orçamentário – 2006-2010

ITENS / ANO		2006	2007	2008	2009	2010
1	Receita realizada	6.769.870,73	6.930.952,99	8.823.021,25	9.893.092,37	10.243.952,57
2	Despesa executada	6.639.621,28	6.839.358,81	8.574.135,58	9.574.335,45	10.195.241,67
QUOCIENTE		2006	2007	2008	2009	2010
Resultado Orçamentário (1÷2)		1,02	1,01	1,03	1,03	1,00

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral Consolidado e análise técnica.

O resultado orçamentário pode ser verificado por meio do quociente entre a receita orçamentária e a despesa orçamentária. Quando esse indicador for superior a 1,00 tem-se que o resultado orçamentário foi superavitário (receitas superiores às despesas).

Gráfico 03 – Evolução dos Quocientes de Resultado Orçamentário: 2006 – 2010



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

3.3. Análise das receitas e despesas orçamentárias

Os quadros que sintetizam a execução das receitas e despesas no exercício trazem também os valores previstos ou autorizados pelo Legislativo Municipal, de forma que se possa avaliar a destinação de recursos pelo Poder Executivo, bem como o cumprimento de imposições constitucionais.

No âmbito do Município, a receita orçamentária pode ser entendida como os recursos financeiros arrecadados para fazer frente às suas despesas.

A receita arrecadada do exercício em exame atingiu o montante de **R\$ 10.243.952,57**, equivalendo a **85,37%** da receita orçada.

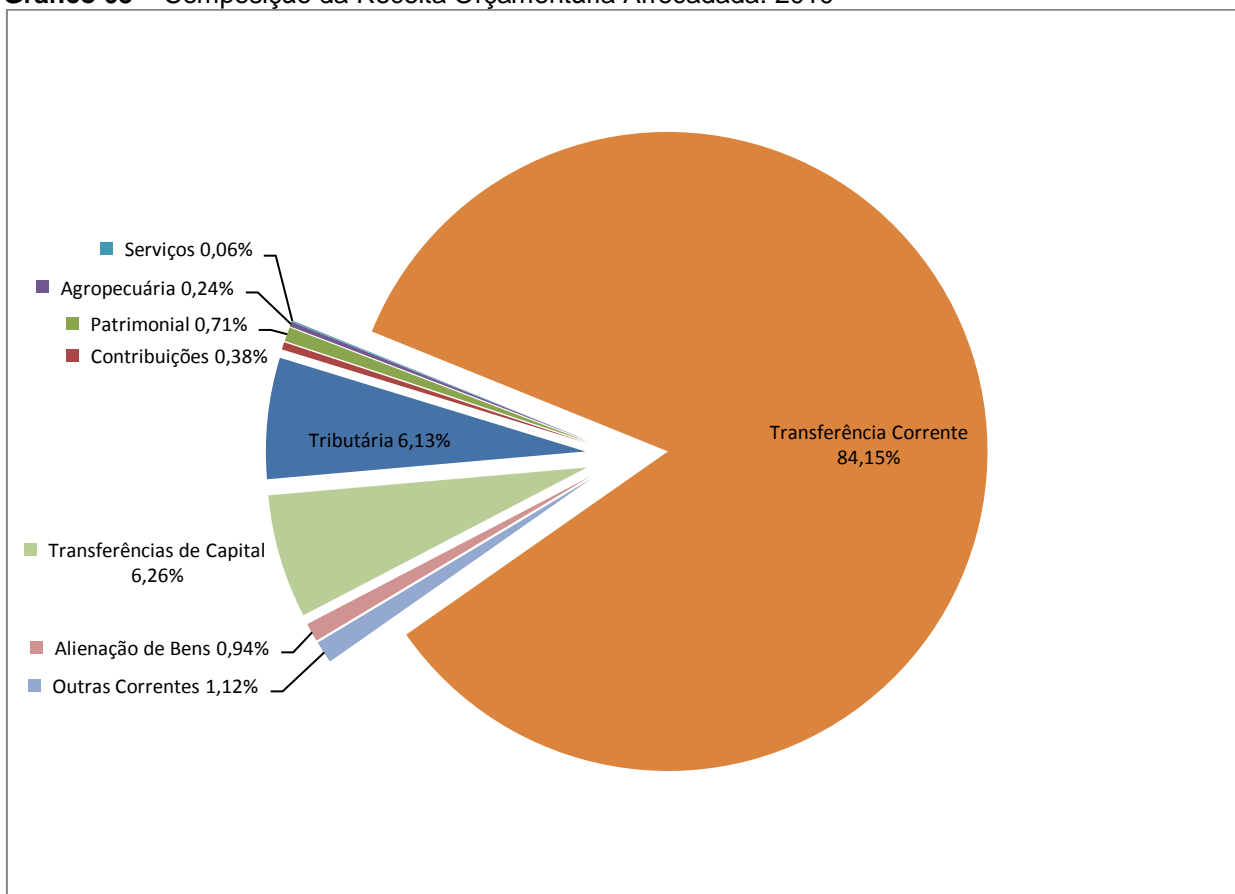
As receitas por origem e o cotejamento entre os valores previstos e os arrecadados são assim demonstrados:

Quadro 04 – Comparativo da Receita Orçamentária Prevista e Arrecadada (em Reais): 2010

RECEITA POR ORIGEM	PREVISÃO	ARRECADAÇÃO	% ARRECADADO
Receita Tributária	522.000,00	627.627,37	120,24
Receita de Contribuições	50.000,00	38.826,36	77,65
Receita Patrimonial	30.000,00	72.664,97	242,22
Receita Agropecuária	25.000,00	24.675,97	98,70
Receita de Serviços	8.000,00	6.078,40	75,98
Transferência Corrente	8.221.317,30	8.620.748,81	104,86
Outras Receitas Correntes	196.000,00	115.180,14	58,77
Operações de Crédito	250.000,00	-	-
Alienação de Bens	100.000,00	96.800,00	96,80
Transferências de Capital	2.597.682,70	641.350,55	24,69
TOTAL DA RECEITA	12.000.000,00	10.243.952,57	85,37

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

Gráfico 05 – Composição da Receita Orçamentária Arrecadada: 2010

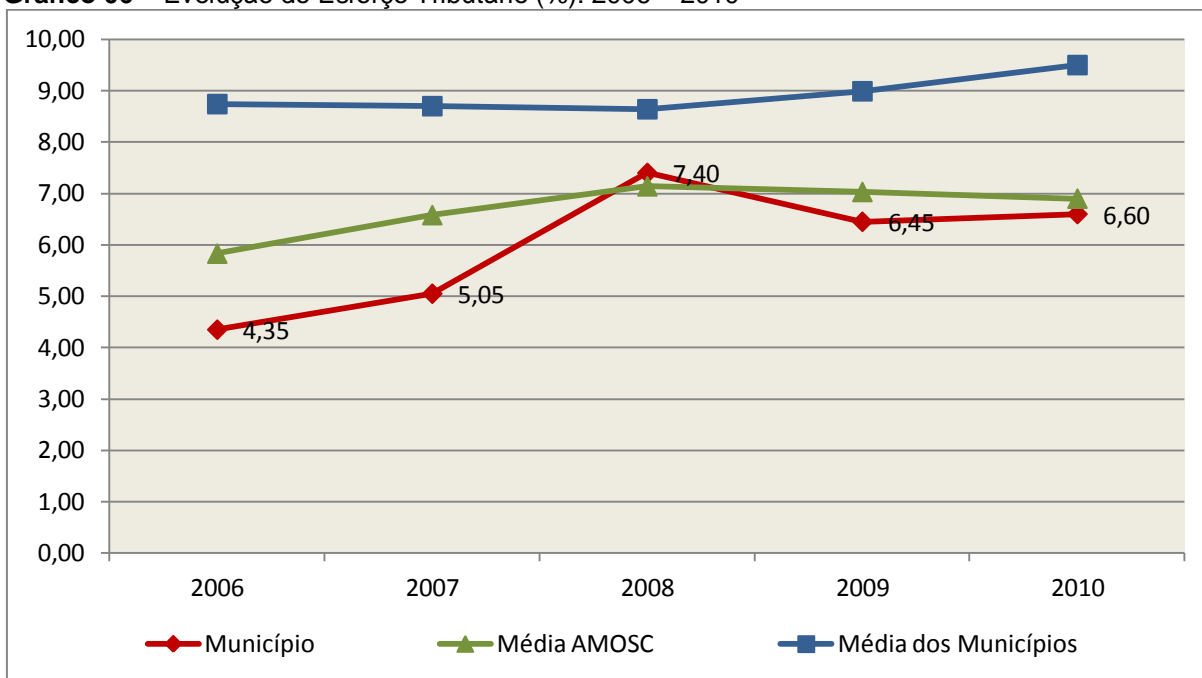


Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

O gráfico anterior apresenta a relação de cada receita por origem com o total arrecadado no exercício. Destaca-se que parcela significativa da receita, **84,15%**, está concentrada na transferência corrente.

Um aspecto importante a ser analisado na gestão da receita orçamentária pode ser traduzido como “esforço tributário”. O gráfico que segue mostra a evolução da receita tributária em relação ao total das receitas correntes do Município.

Gráfico 06 – Evolução do Esforço Tributário (%): 2006 – 2010

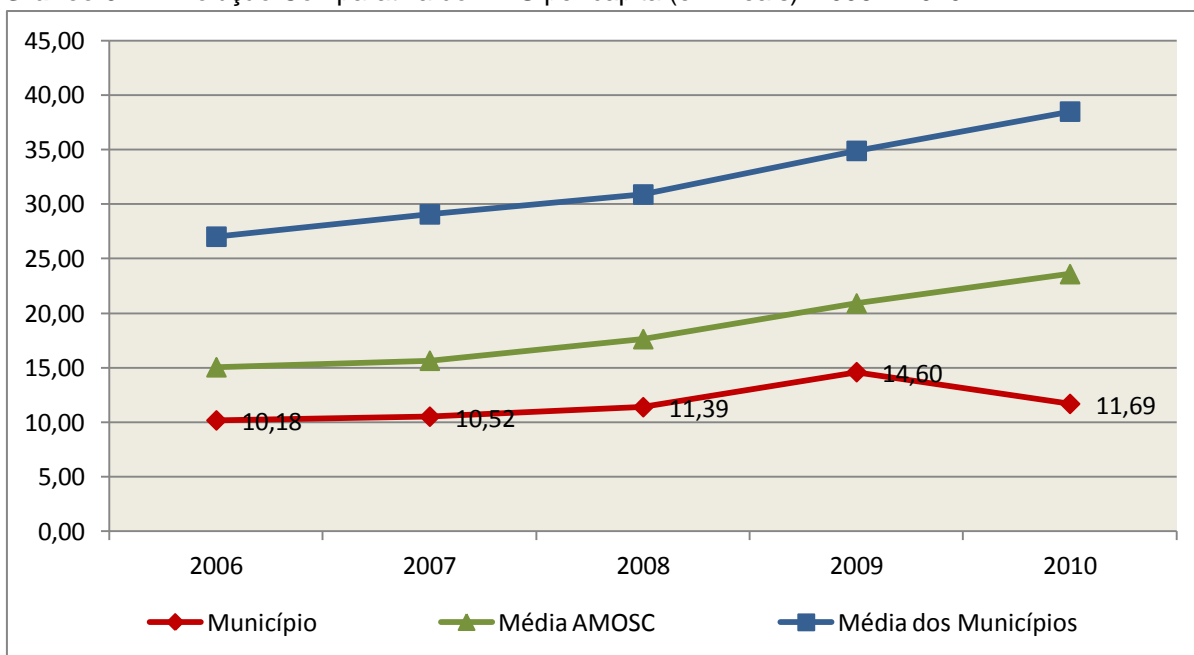


Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

Relativamente às receitas arrecadadas, deve-se dar destaque às receitas próprias com impostos no exercício da competência tributária estabelecida constitucionalmente e exigida pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Nesse sentido, destaca-se no gráfico a seguir a evolução do IPTU arrecadado *per capita* nos últimos 5 (cinco) anos.

Gráfico 07 – Evolução Comparativa do IPTU per capita (em Reais): 2006 – 2010



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados, IBGE e análise técnica.

A Dívida Ativa apresentou o seguinte comportamento no exercício em análise:

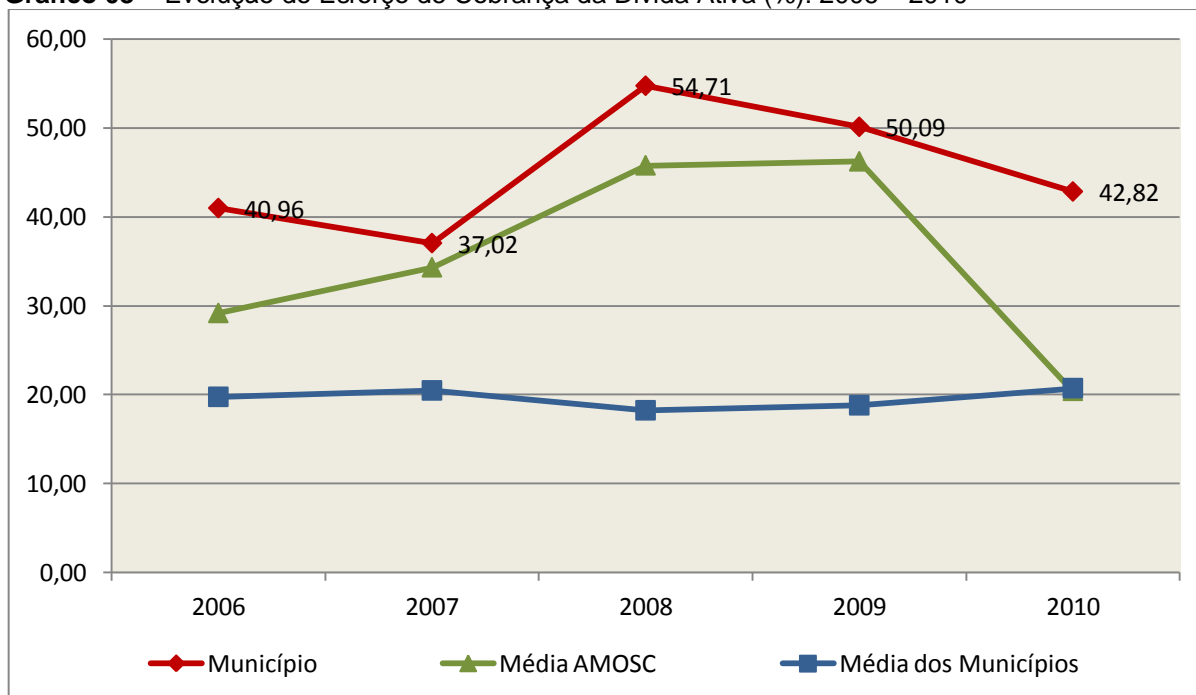
Quadro 05 – Movimentação da Dívida Ativa (em Reais): 2010

Saldo Anterior	Inscrição	Atualização, juros e multa	Provisão (líquida)	Recebimento	Outras Baixas	Saldo Final
53.866,86	19.323,74	0,00	0,00	23.063,40	2.129,48	47.997,72

Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados.

Importante também analisar a eficiência na cobrança da dívida ativa ao longo dos últimos cinco anos. O gráfico seguinte mostra o percentual de dívida ativa recebida em relação ao saldo do exercício anterior:

Gráfico 08 – Evolução do Esforço de Cobrança da Dívida Ativa (%): 2006 – 2010



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

No tocante as despesas executadas em contraposição às orçadas (incluindo as alterações orçamentárias), segundo a classificação funcional, tem-se a demonstração do próximo quadro:

Quadro 06 – Comparativo entre a Despesa por Função de Governo Autorizada e Executada: 2010

DESPESA POR FUNÇÃO DE GOVERNO	AUTORIZAÇÃO ¹ (R\$)	EXECUÇÃO ² (R\$)	% EXECUTADO
01-Legislativa	350.000,00	299.917,01	85,69
04-Administração	1.332.230,00	1.270.476,30	95,36
08-Assistência Social	713.550,00	473.220,20	66,32
10-Saúde	2.757.550,00	2.406.481,74	87,27

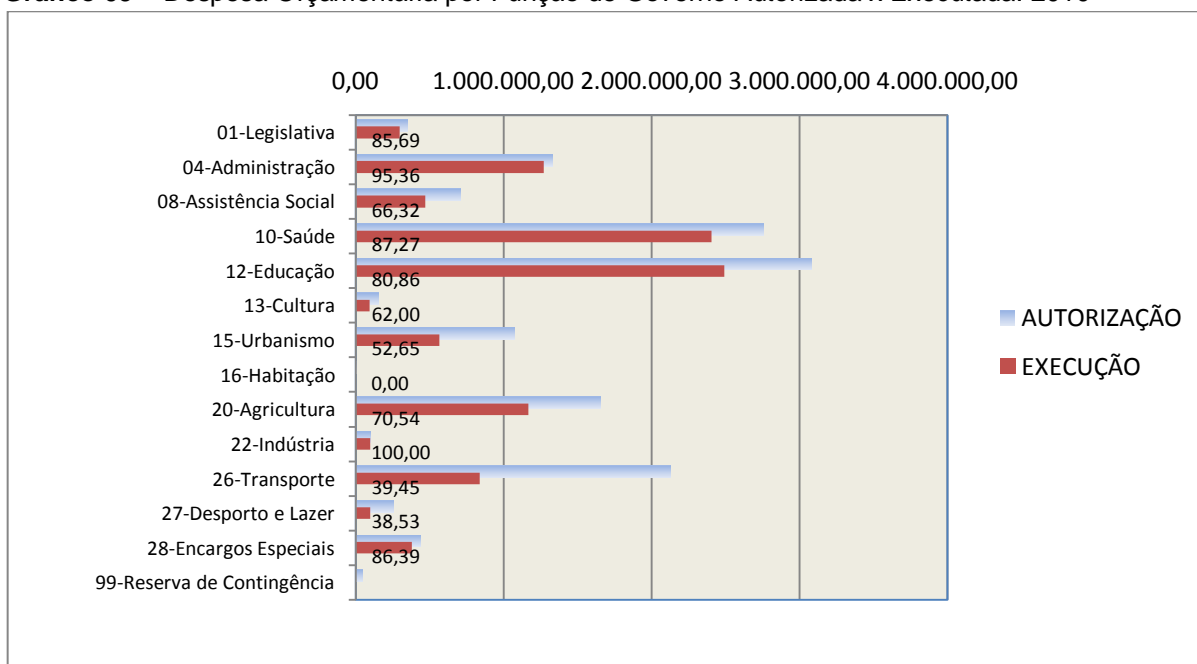
DESPESA POR FUNÇÃO DE GOVERNO	AUTORIZAÇÃO ¹ (R\$)	EXECUÇÃO ² (R\$)	% EXECUTADO
12-Educação	3.084.900,00	2.494.341,01	80,86
13-Cultura	153.250,00	95.013,38	62,00
15-Urbanismo	1.072.175,56	564.552,43	52,65
16-Habitação	10.000,00	-	-
20-Agricultura	1.657.200,00	1.168.973,54	70,54
22-Indústria	100.000,00	100.000,00	100,00
26-Transporte	2.131.350,00	840.913,58	39,45
27-Desporto e Lazer	258.250,00	99.495,86	38,53
28-Encargos Especiais	442.000,00	381.856,62	86,39
99-Reserva de Contingência	50.000,00	-	-
TOTAL DA DESPESA	14.112.455,56	10.195.241,67	72,24

Fontes: ¹Dados do Sistema e-Sfinge – Módulo Planejamento e ²Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

A análise entre despesa autorizada e executada configura-se importante quando se tem como objetivo subsidiar o parecer prévio, permitindo identificar quais funções foram priorizadas ou contingenciadas em relação à deliberação legislativa no tocante ao orçamento municipal.

O gráfico seguinte demonstra o cotejamento entre as despesas autorizadas e executadas segundo as funções de governo. Trata-se de uma representação gráfica do Quadro anterior.

Gráfico 09 – Despesa Orçamentária por Função de Governo Autorizada x Executada: 2010



Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado e análise técnica.

A evolução das despesas executadas por função de governo está demonstrada no quadro a seguir:

Quadro 07 – Evolução das Despesas Executadas por Função de Governo (em Reais): 2006 – 2010

DESPESA POR FUNÇÃO DE GOVERNO	2006	2007	2008	2009	2010
01-Legislativa	236.707,25	260.702,98	273.237,08	281.662,46	299.917,01
04-Administração	890.246,71	877.048,05	957.385,48	1.267.715,42	1.270.476,30
08-Assistência Social	197.772,10	225.290,65	347.732,35	542.280,80	473.220,20
10-Saúde	1.238.714,63	1.399.198,76	1.746.291,72	2.003.218,06	2.406.481,74
12-Educação	1.672.928,55	1.755.693,22	2.281.799,07	2.347.016,16	2.494.341,01
13-Cultura	11.163,04	14.852,22	7.760,79	14.767,79	95.013,38
15-Urbanismo	269.575,57	366.794,43	343.174,66	269.725,43	564.552,43
20-Agricultura	414.982,44	526.400,06	621.139,14	765.833,80	1.168.973,54
22-Indústria	-	-	-	-	100.000,00
23-Comércio e Serviços	159.919,46	154.173,89	152.231,90	165.816,68	-
26-Transporte	1.320.649,17	915.224,14	1.115.594,62	1.384.039,62	840.913,58
27-Desporto e Lazer	28.112,51	36.377,75	31.550,66	35.235,05	99.495,86
28-Encargos Especiais	198.849,85	307.602,66	696.238,11	497.024,18	381.856,62
TOTAL DA DESPESA REALIZADA	6.639.621,28	6.839.358,81	8.574.135,58	9.574.335,45	10.195.241,67

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

No quadro a seguir, demonstra-se a apuração das receitas decorrente de impostos, informação utilizada no cálculo dos limites com saúde e educação.

Quadro 08 – Apuração da Receita com Impostos: 2010

RECEITAS COM IMPOSTOS (incluídas as transferências de impostos)	Valor (R\$)	%
Imposto Predial e Territorial Urbano	51.517,31	0,60
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	306.670,55	3,55
Imposto sobre a Renda e Proventos de qualquer Natureza	136.806,25	1,59
Imposto s/Transmissão Inter vivos de Bens Imóveis e Direitos Reais sobre Bens Imóveis	63.665,99	0,74
Cota do ICMS	3.662.896,67	42,45
Cota-Parte do IPVA	168.498,38	1,95
Cota-Parte do IPI sobre Exportação	77.499,89	0,90
Cota-Parte do FPM	4.098.742,85	47,51
Cota do ITR	2.352,82	0,03
Transferências Financeiras do ICMS - Desoneração L.C. nº 87/96	23.582,52	0,27
Receita de Dívida Ativa Proveniente de Impostos	24.934,67	0,29

RECEITAS COM IMPOSTOS (incluídas as transferências de impostos)	Valor (R\$)	%
Receita de Multas e Juros provenientes de impostos, inclusive da dívida ativa decorrente de impostos	10.737,23	0,12
TOTAL DA RECEITA COM IMPOSTOS	8.627.905,13	100,00

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

O ingresso de recursos provenientes de impostos tem importância na gestão orçamentária municipal, eis que serve como denominador dos percentuais mínimos de aplicação em saúde e educação.

Da mesma forma, o total da Receita Corrente Líquida (RCL), demonstrado no quadro seguinte, serve como parâmetro para o cálculo dos percentuais máximos das despesas de pessoal estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Quadro 09 – Apuração da Receita Corrente Líquida: 2010

DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA DO MUNICÍPIO	Valor (R\$)
Receitas Correntes Arrecadadas	11.077.199,69
(-) Dedução das receitas para formação do FUNDEB	1.571.397,67
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	9.505.802,02

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

4. ANÁLISE DA GESTÃO PATRIMONIAL E FINANCEIRA

A análise compreendida neste capítulo consiste em demonstrar a situação patrimonial existente ao final do exercício, em contraposição à situação existente no final do exercício anterior; discriminando especificamente a variação da situação financeira do município e sua capacidade de pagamento de curto prazo.

Em seguida é analisada a evolução da situação patrimonial e financeira do município nos últimos 5 anos, com a apuração e demonstração de quocientes. Divergências contábeis relevantes serão apresentadas no capítulo 8, de forma que todos os fundamentos técnicos expostos neste relatório para fundamentar a confecção do parecer prévio estejam devidamente evidenciados.

4.1. Situação Patrimonial

A situação patrimonial do Município está assim demonstrada:

Quadro 10 – Balanço Patrimonial do Município de Caxambu do Sul (em Reais): 2009 – 2010

ATIVO	2009	2010	PASSIVO	2009	2010
Financeiro	1.382.767,69	1.306.632,32	Financeiro	616.180,53	491.334,26
Disponível	1.380.904,29	1.304.768,92	Restos a Pagar	616.180,53	491.334,26
Caixa	2.559,42	330,08	Obrigações a Pagar	616.180,53	491.334,26
Bancos Conta Movimento	208.584,27	113.748,77			
Bancos Conta Vinculada	84.482,30	57.650,11			
Aplicações Financeiras de Recursos Próprios	401.874,37	826.314,39			
Aplicações Financeiras de Recursos Vinculados	683.403,93	306.725,57			
Realizável	1.863,40	1.863,40			
Créditos a Receber	1.863,40	1.863,40			
Permanente	3.955.159,79	4.393.368,36	Permanente	805.587,21	755.444,83
Créditos	459.155,61	351.869,93	Dívida Fundada	188.383,71	176.220,06
Devedores - Entidades e Agentes	459.155,61	351.869,93	Débitos Consolidados	617.203,50	579.224,77
Dívida Ativa	53.866,86	47.997,72	Dívidas Renegociadas	121.065,85	11.866,44
Créditos Inscritos em Dívida Ativa a Curto Prazo	35.000,00	37.100,00	Obrigações a Pagar	496.137,65	42.521,89
Créditos Inscritos em Dívida Ativa a Longo Prazo	18.866,86	10.897,72	Obrigações Legais e Tributárias	-	524.836,44
Imobilizado	3.442.137,32	3.993.500,71			
Bens Móveis e Imóveis	3.442.137,32	3.993.500,71			
Bens Imóveis	625.995,73	996.670,30			
Bens Móveis	2.816.141,59	2.996.830,41			
ATIVO REAL	5.337.927,48	5.700.000,68	PASSIVO REAL	1.421.767,74	1.246.779,09
SALDO PATRIMONIAL		0,00	SALDO PATRIMONIAL	3.916.159,74	4.453.221,59
			Ativo Real Líquido	3.916.159,74	4.453.221,59
TOTAL	5.337.927,48	5.700.000,68	TOTAL	5.337.927,48	5.700.000,68

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral Consolidado.

Obs.: A divergência entre o resultado patrimonial apurada através do Anexo 15 e aquele obtido através do Anexo 14, consta do Capítulo 8 – Inconsistências Contábeis, deste Relatório.

4.2. Análise do resultado financeiro

Dentre os componentes patrimoniais é relevante no processo de análise das contas municipais, para fins de emissão do parecer prévio, a verificação da evolução do patrimônio financeiro e, sobretudo, a apuração da situação financeira no final do exercício, eis que a existência de passivos financeiros superiores a ativos financeiros revela restrições na capacidade de pagamento do Município frente às suas obrigações financeiras de curto prazo.

A variação do patrimônio financeiro do Município durante o exercício é demonstrada no quadro seguinte:

Quadro 11 – Variação do patrimônio financeiro do Município (em Reais) – 2009 - 2010

Grupo Patrimonial	Saldo inicial	Saldo final	Varição
Ativo Financeiro	1.382.767,69	1.306.632,32	-76.135,37
Passivo Financeiro	616.180,53	491.334,26	124.846,27
Saldo Patrimonial Financeiro	766.587,16	815.298,06	48.710,90

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

O confronto entre o Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro do exercício encerrado resulta em Superávit Financeiro de **R\$ 815.298,06** e a sua correlação demonstra que para cada R\$ 1,00 (um real) de recursos financeiros existentes, o Município possui **R\$ 0,38** de dívida de curto prazo.

Em relação ao exercício anterior, ocorreu variação positiva de **R\$ 48.710,90** passando de um Superávit de **R\$ 766.587,16** para um Superávit de **R\$ 815.298,06**.

Registre-se que a Prefeitura apresentou um Superávit de **R\$ 815.298,06**.

4.3. Análise da evolução patrimonial e financeira

A presente análise está baseada na demonstração de quocientes e/ou índices, os quais podem ser definidos como números comparáveis obtidos a partir da divisão de valores absolutos, destinados a medir componentes patrimoniais, financeiros e orçamentários existentes nas demonstrações contábeis.

Os quocientes escolhidos para viabilizar a análise da evolução patrimonial e financeira do Município, nos últimos cinco anos, estão dispostos no quadro a seguir, com a devida memória de cálculo:

Quadro 12 – Quocientes de Situação Patrimonial e Financeira – 2006 – 2010

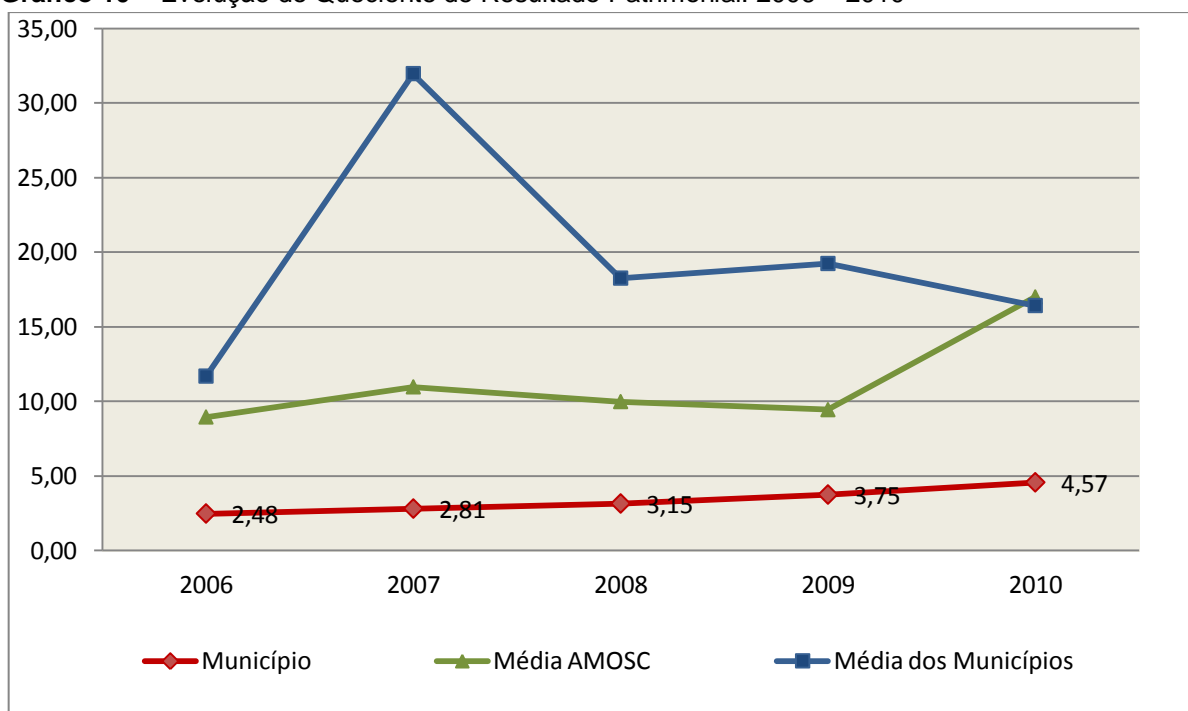
ITENS / ANO	2006	2007	2008	2009	2010
1 Despesa Executada	6.639.621,28	6.839.358,81	8.574.135,58	9.574.335,45	10.195.241,67
2 Restos a Pagar	50.720,08	105.463,61	132.970,86	616.180,53	491.334,26
3 Ativo Financeiro Ajustado	153.331,31	299.589,02	581.142,57	1.382.767,69	1.306.632,32
4 Passivo Financeiro Ajustado	50.800,08	105.463,61	134.823,73	616.180,53	491.334,26
5 Ativo Real	2.931.147,27	3.082.757,61	3.763.040,24	5.337.927,48	5.700.000,68
6 Passivo Real	1.182.877,47	1.095.341,43	1.195.689,09	1.421.767,74	1.246.779,09
QUOCIENTES	2006	2007	2008	2009	2010
Resultado Patrimonial (5÷6)	2,48	2,81	3,15	3,75	4,57
Situação Financeira (3÷4)	3,02	2,84	4,31	2,24	2,66
Restos a Pagar (2÷1)*100	0,76	1,54	1,55	6,44	4,82

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado e análise técnica.

O Quociente do Resultado Patrimonial é resultante da relação entre o Ativo Real e o Passivo Real.

Não há um parâmetro mínimo definido, mas se o resultado deste quociente apresentar-se inferior a 1,00 será indicativo da existência de dívidas (curto e longo prazo) sem ativos suficientes para cobri-las.

Gráfico 10 – Evolução do Quociente de Resultado Patrimonial: 2006 – 2010



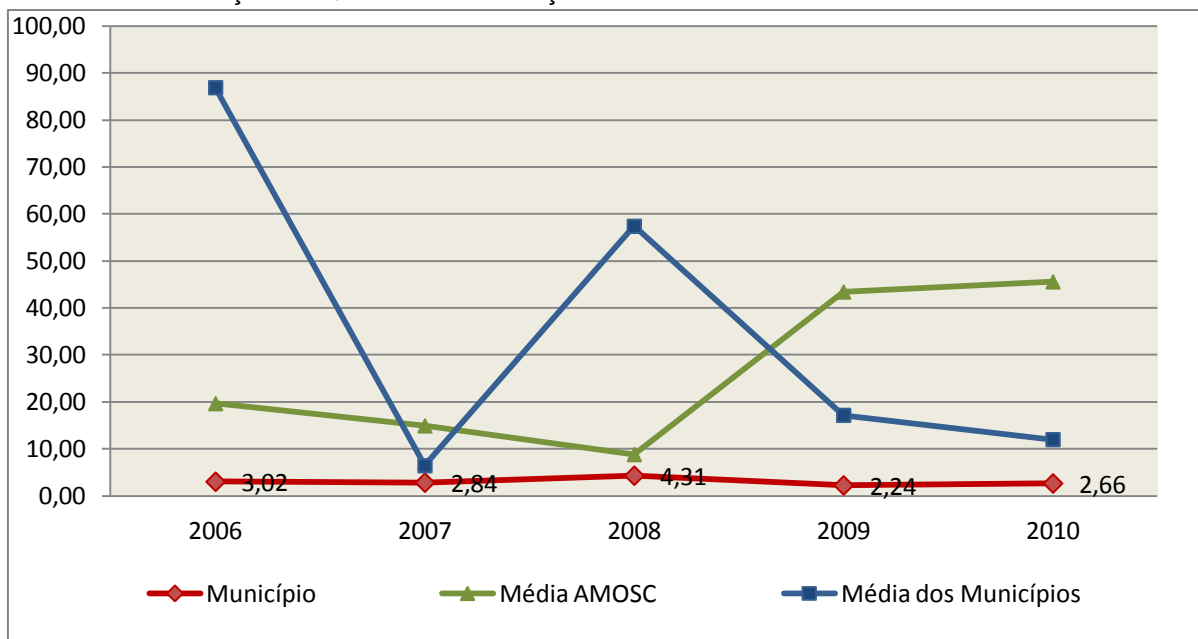
Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

Como demonstra o gráfico anterior, no final do exercício de 2010 o Ativo Real apresenta-se **4,57** vezes maior que o Passivo Real (dívidas).

O Quociente da Situação Financeira é resultante da relação entre o Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro, demonstrando a capacidade de pagamento de curto prazo do município.

O ideal é que esse quociente apresente valor maior que 1,00, pois assim indicará que as obrigações financeiras de curto prazo podem ser cobertas pelos ativos financeiros do município.

Gráfico 11 – Evolução do Quociente da Situação Financeira: 2006 – 2010



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

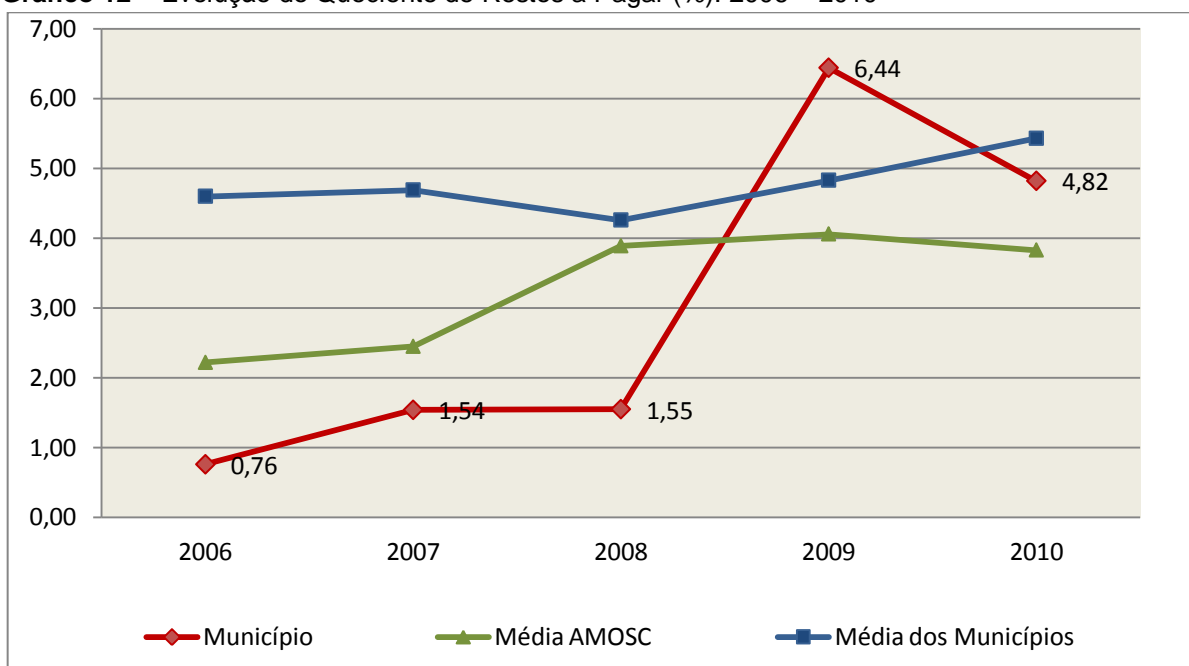
Como demonstra o gráfico, a situação financeira do Município apresenta-se Superavitária, sendo que no final do exercício de 2010 o Ativo Financeiro representa **2,66** vezes o valor do Passivo Financeiro.

O Quociente de Restos a Pagar (processados e não processados) expressa em termos percentuais à relação entre o saldo final dos restos a pagar e o total da Despesa Orçamentária.

Quanto menor esse quociente, menos comprometida será a gestão orçamentária e o fluxo financeiro do município. Aumentos significativos deste quociente podem indicar que o município não está conseguindo pagar no exercício as despesas que nele empenhou.

A situação apresentada pelo Município de Caxambu do Sul é demonstrada no gráfico a seguir:

Gráfico 12 – Evolução do Quociente de Restos a Pagar (%): 2006 – 2010



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

Verifica-se no gráfico anterior que o saldo final de Restos a Pagar corresponde a **4,82%** da despesa orçamentária do exercício.

5. ANÁLISE DO CUMPRIMENTO DE LIMITES

O ordenamento vigente estabelece limites mínimos para aplicação de recursos na Educação e Saúde, bem como os limites máximos para despesas com pessoal.

5.1. Saúde

Limite: mínimo de 15% das receitas com impostos, inclusive transferências, de aplicação em Ações e Serviços Públicos de Saúde para o exercício de 2010 – art. 77, III, e § 4º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT.

Quadro 13 – Apuração das Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde: 2010

COMPONENTE	VALOR (R\$)	%
Total da Receita com Impostos	8.627.905,13	100,00
Total das Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde	2.406.481,74	27,89
Atenção Básica (10.301)	2.198.746,64	25,48
Assistência Hospitalar e Ambulatorial (10.302)	197.808,53	2,29
Vigilância Sanitária (10.304)	3.394,29	0,04
Vigilância Epidemiológica (10.305)	6.532,28	0,08
(-) Total das Deduções com Ações e Serviços Públicos de Saúde*	744.762,73	8,63
Total das Despesas para Efeito do Cálculo	1.661.719,01	19,26
Valor Mínimo a ser Aplicado	1.294.185,77	15,00
Valor Acima do Limite	367.533,24	4,26

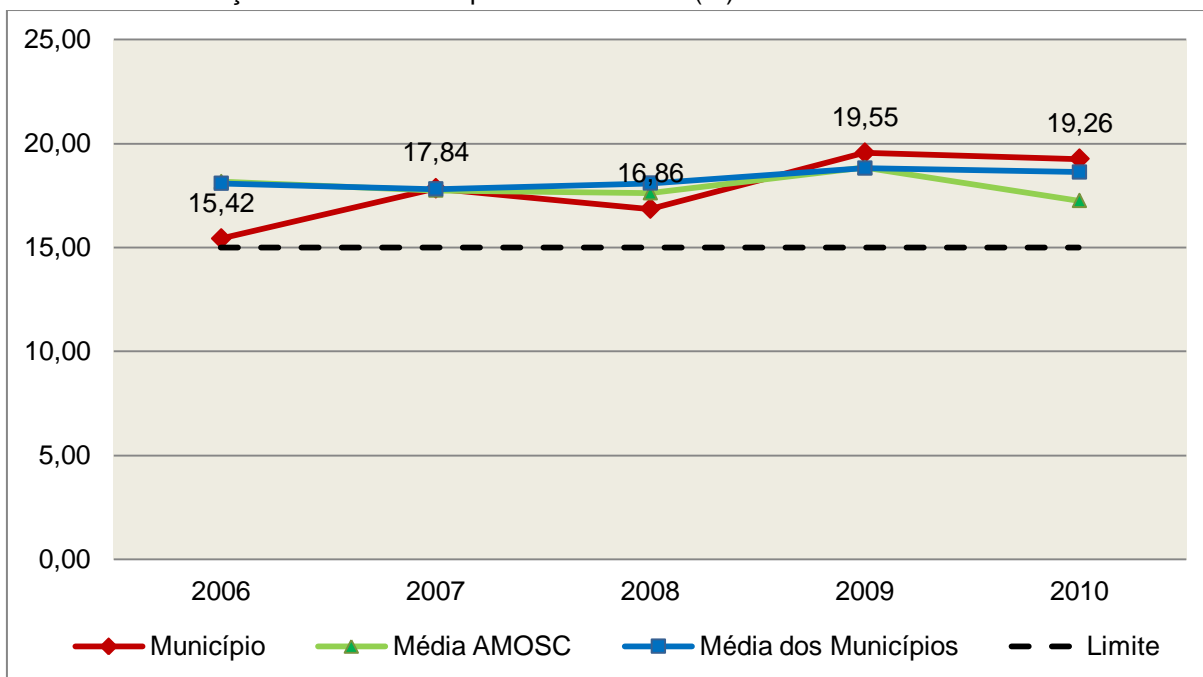
Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

*Deduções, incluindo-se os convênios, dispostas no Anexo deste Relatório.

Pelo demonstrativo acima, constata-se que o montante aplicado foi da ordem de **R\$ 1.661.719,01**, correspondendo a um percentual de **19,26%** da receita com impostos, inclusive transferências de impostos, evidenciando que o município **CUMPRIU** o referido dispositivo constitucional.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa da aplicação em ações e serviços públicos de saúde:

Gráfico 13 – Evolução Histórica e Comparativa da Saúde (%): 2006 – 2010



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

5.2. Ensino

5.2.1. Limite de 25% das receitas de impostos e transferências

Limite: mínimo de 25% proveniente de impostos, compreendida a proveniente de transferências, em gastos com manutenção e desenvolvimento do ensino (exercício de 2010) – art. 212 da Constituição Federal.

Quadro 14 – Apuração das Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino: 2010

COMPONENTE	VALOR (R\$)	%
Total da Receita com Impostos	8.627.905,13	100,00
Valor Aplicado Educação Infantil	300.407,59	3,48
Educação Infantil (12.365)	300.407,59	3,48
Valor Aplicado Ensino Fundamental	2.134.008,15	24,73
Ensino Fundamental (12.361/12.366/12.367)	2.134.008,15	24,73
(-) Total das Deduções com Educação Básica*	311.435,94	3,61
(+) Perda com FUNDEB	584.694,66	6,78
(-) Rendimentos de Aplicações Financeiras (dado extraído do Anexo 02, fl.05 dos autos)	528,83	0,01
Total das Despesas para efeito de Cálculo	2.707.145,63	31,38

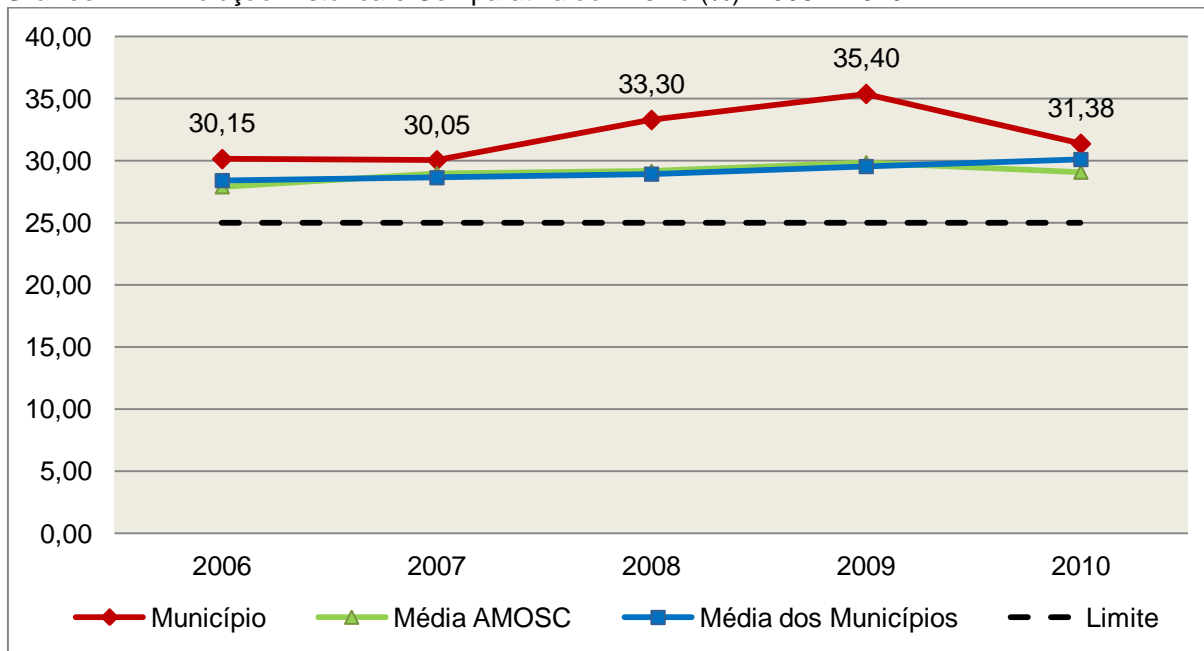
Valor Mínimo a ser Aplicado	2.156.976,28	25,00
Valor Acima do Limite (25%)	550.169,35	6,38

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado e análise técnica.

*Deduções, incluindo-se os convênios, dispostas no Anexo deste Relatório.

Apurou-se que o Município aplicou o montante de **R\$ 2.707.145,63** em gastos com manutenção e desenvolvimento do ensino, o que corresponde a **31,38%** da receita proveniente de impostos, sendo aplicado A MAIOR o valor de **R\$ 550.169,35**, representando **6,38%** do mesmo parâmetro, **CUMPRINDO** o disposto no artigo 212 da Constituição Federal.

Gráfico 14 – Evolução Histórica e Comparativa do Ensino (%): 2006 – 2010



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

O gráfico anterior demonstra que o Município de **Caxambu do Sul** em 2010 reduziu seus gastos com manutenção e desenvolvimento do ensino, em termos percentuais, quando comparado ao exercício anterior.

5.2.2. FUNDEB

Limite 1: mínimo de 60% dos recursos oriundos do FUNDEB na remuneração dos profissionais do magistério – art. 60, XII, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT c/c art. 22 da Lei nº 11.494/07.

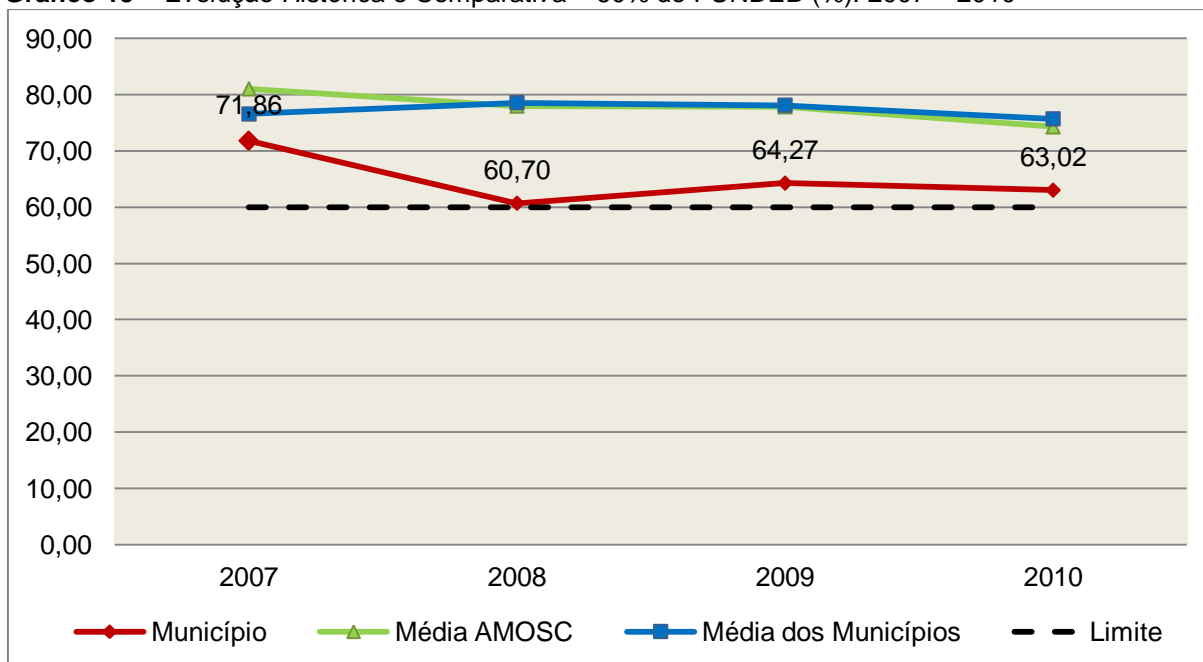
Quadro 15 – Apuração das Despesas com Profissionais do Magistério – FUNDEB: 2010

COMPONENTE	VALOR (R\$)
Transferências do FUNDEB (dado extraído do Anexo 02, fl.07 dos autos)	986.703,01
(+) Rendimentos de Aplicações Financeiras das Contas do FUNDEB (dado extraído do Anexo 02, fl.05 dos autos)	528,83
Total dos recursos oriundos do FUNDEB	987.231,84
60% dos Recursos Oriundos do FUNDEB	592.339,10
Total dos Gastos Efetuados c/Profissionais do Magistério em Efetivo Exercício pagos c/ Recursos do FUNDEB (fonte: Sistema e-Sfinge, Fonte de Recursos 18, Grupo de Destinação 1 e 2, fls.595/600 dos autos)	622.157,59
Valor Acima do Limite	29.818,49

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado e da análise técnica.

Verificou-se que o Município aplicou o valor de **R\$ 622.157,59**, equivalendo a **63,02%** dos recursos oriundos do FUNDEB, em gastos com a remuneração dos profissionais do magistério, **CUMPRINDO** o estabelecido no artigo 60, inciso XII do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) e artigo 22 da Lei nº 11.494/2007.

Gráfico 15 – Evolução Histórica e Comparativa – 60% do FUNDEB (%): 2007 – 2010



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

Limite 2: mínimo de 95% dos recursos oriundos do FUNDEB (no exercício financeiro em que forem creditados), em despesas com manutenção e desenvolvimento da educação básica – art. 21 da Lei nº 11.494/07.

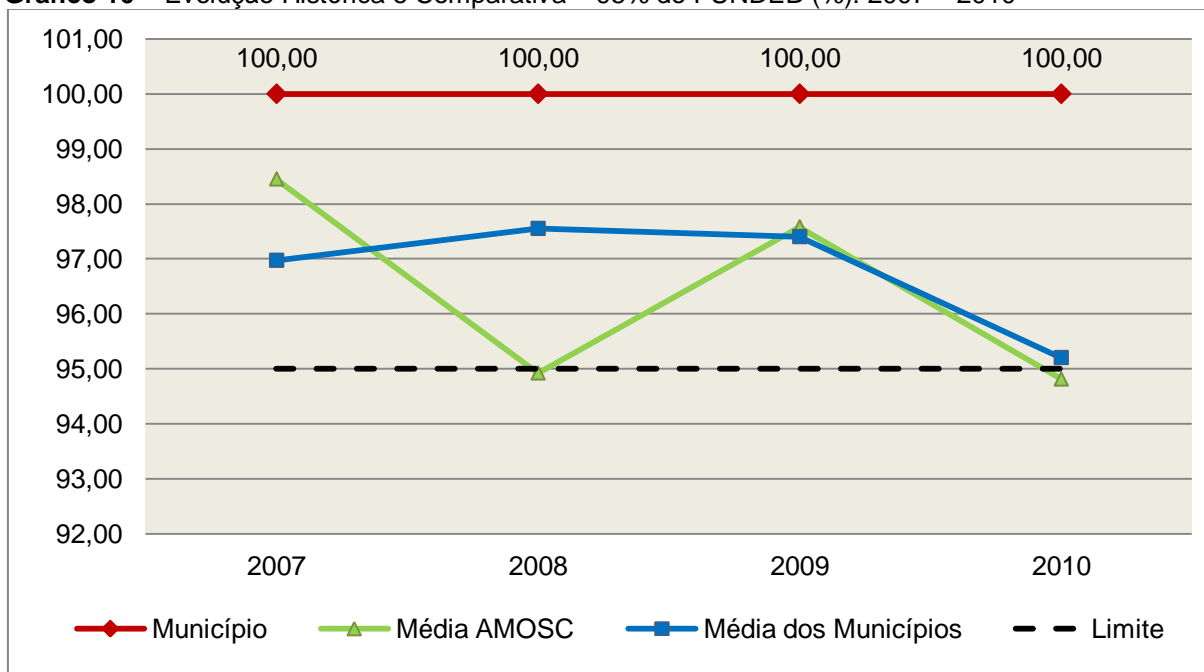
Quadro 16 – Apuração das Despesas com FUNDEB: 2010

COMPONENTE	VALOR (R\$)
Total dos Recursos Oriundos do FUNDEB	987.231,84
95% dos Recursos do FUNDEB	937.870,25
Despesas com manutenção e desenvolvimento da educação básica empenhadas e liquidadas com recursos do FUNDEB e as não liquidadas com cobertura financeira (apuração demonstrada no Apêndice 3 deste Relatório)	987.231,84
Valor Acima do Limite	49.361,59

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado e análise técnica.

O demonstrativo anterior evidencia que o Município aplicou o valor de **R\$ 987.231,84**, equivalendo a **100,00%** dos recursos oriundos do FUNDEB, em despesas com manutenção e desenvolvimento da educação básica, **CUMPRINDO** o estabelecido no artigo 21 da Lei nº 11.494/2007.

Gráfico 16 – Evolução Histórica e Comparativa – 95% do FUNDEB (%): 2007 – 2010



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

Com relação às despesas com manutenção e desenvolvimento da educação básica custeadas com recursos do FUNDEB, no exercício em análise, o

Município de Caxambu do Sul manteve sua aplicação, quando comparado ao exercício anterior.

Limite 3: utilização dos recursos do FUNDEB, no exercício seguinte ao do recebimento e mediante abertura de crédito adicional - artigo 21, § 2º da Lei nº 11.494/2007.

Ante a inexistência de saldo no encerramento do exercício de 2009 de recursos do FUNDEB, resta prejudicada a verificação prevista no art. 21, § 2º da Lei nº 11.494/2007.

5.3. Limites de gastos com pessoal (LRF)

5.3.1. Limite máximo para os gastos com pessoal do Município

Limite: 60% da Receita Corrente Líquida para os gastos com pessoal do Município – art. 169 da Constituição Federal c/c o art. 19, III da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF).

Quadro 17 – Apuração das Despesas com Pessoal do Município: 2010

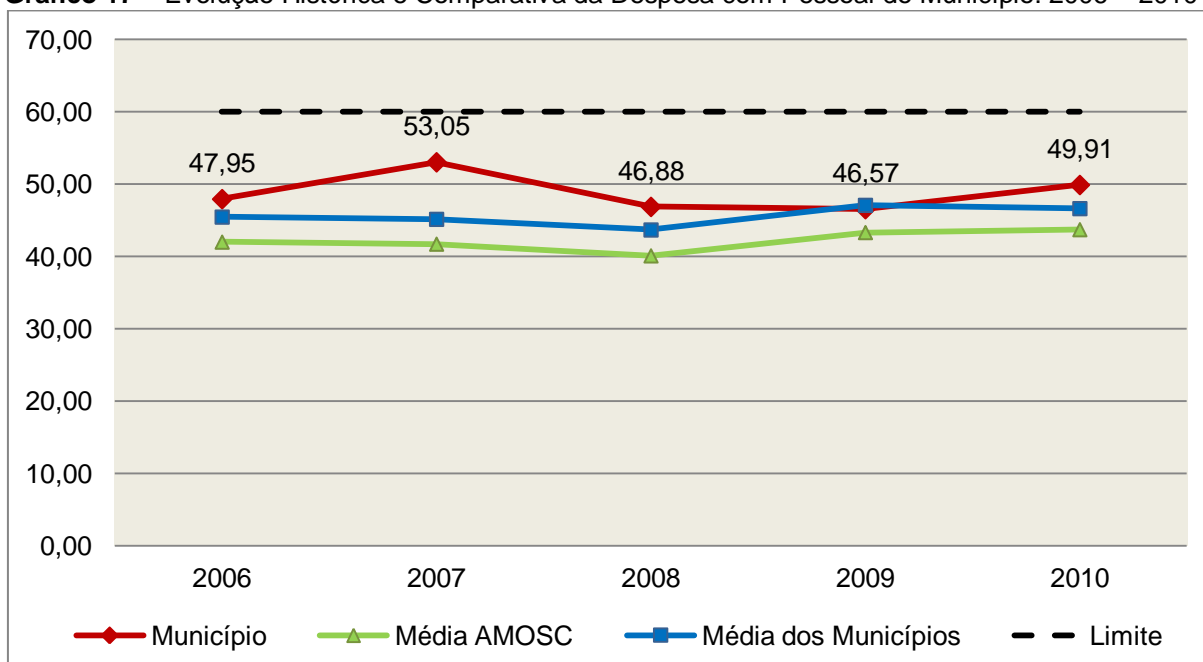
COMPONENTE	VALOR (R\$)	%
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	9.505.802,02	100,00
LIMITE DE 60% DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	5.703.481,21	60,00
Despesas com Pessoal do Poder Executivo	4.619.182,65	48,59
Pessoal e Encargos	4.619.182,65	48,59
Despesas com Pessoal do Poder Legislativo	248.210,41	2,61
Pessoal e Encargos	248.210,41	2,61
Total das deduções das despesas com pessoal*	122.792,96	1,29
TOTAL DA DESPESA PARA EFEITO DE CÁLCULO DA DESPESA COM PESSOAL DO MUNICÍPIO	4.744.600,10	49,91
Valor Abaixo do Limite (60%)	958.881,11	10,09

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

*Deduções dispostas no Anexo deste Relatório.

No exercício em exame, o Município gastou **49,91%** do total da receita corrente líquida em despesas com pessoal, **CUMPRINDO** o limite contido no artigo 169 da Constituição Federal, regulamentado pela Lei Complementar nº 101/2000.

Gráfico 17 – Evolução Histórica e Comparativa da Despesa com Pessoal do Município: 2006 – 2010



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

O gráfico anterior mostra o crescimento dos gastos com pessoal do Município de Caxambu do Sul, quando comparado ao exercício anterior.

5.3.2. Limite máximo para os gastos com pessoal do Poder Executivo

Limite: 54% da Receita Corrente Líquida para os gastos com pessoal do Poder Executivo (Prefeitura, Fundos, Fundações, Autarquias e Empresas Estatais Dependentes) – Artigo 20, III, 'b' da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF).

Quadro 18 – Apuração das Despesas com Pessoal do Poder Executivo: 2010

COMPONENTE	VALOR (R\$)	%
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	9.505.802,02	100,00
LIMITE DE 54% DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	5.133.133,09	54,00
Despesas com Pessoal do Poder Executivo	4.619.182,65	48,59
Deduções das despesas com pessoal do Poder Executivo*	122.792,96	1,29
Total das Despesas para efeito de Cálculo das Despesas com Pessoal do Poder Executivo	4.496.389,69	47,30
Valor Abaixo do Limite (54%)	636.743,40	6,70

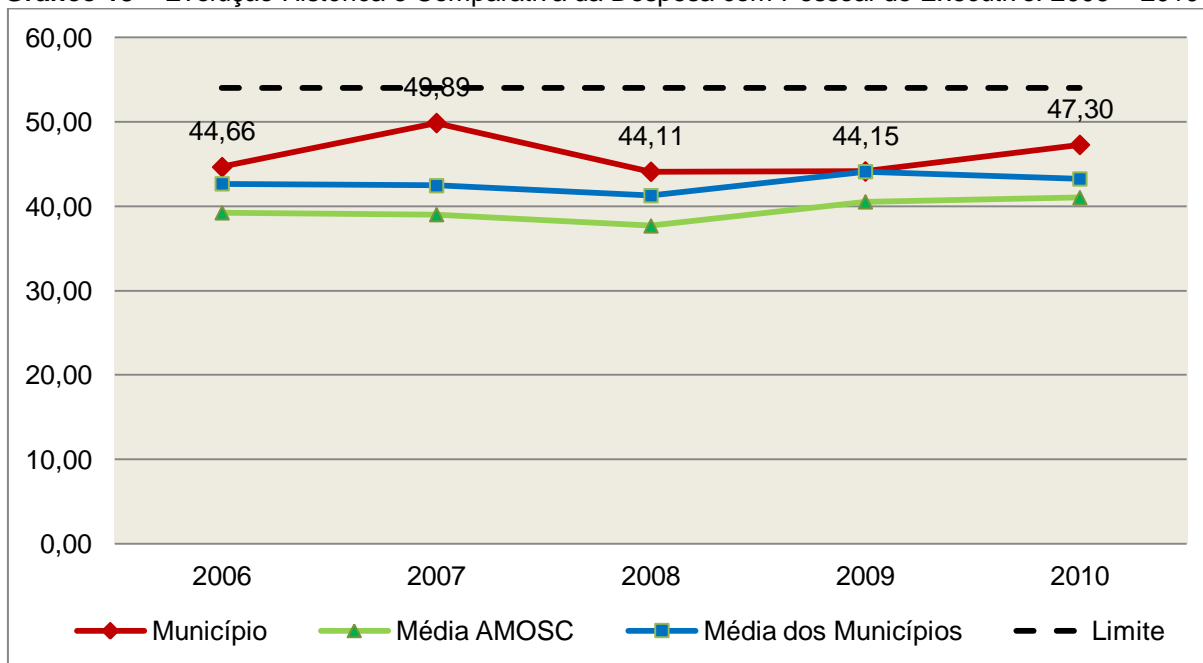
Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

*Deduções dispostas no Anexo deste Relatório.

O demonstrativo acima comprova que, no exercício em exame, o Poder Executivo gastou **47,30%** do total da receita corrente líquida em despesas com

peçoal, **CUMPRINDO** a norma contida no artigo 20, III, 'b' da Lei Complementar nº 101/2000.

Gráfico 18 – Evolução Histórica e Comparativa da Despesa com Pessoal do Executivo: 2006 – 2010



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

Da análise do gráfico, verifica-se que os gastos com pessoal do Poder Executivo aumentaram, quando comparado ao exercício anterior.

5.3.3. Limite máximo para os gastos com pessoal do Poder Legislativo

Limite: 6% da Receita Corrente Líquida para os gastos com pessoal do Poder Legislativo (Câmara Municipal) – Artigo 20, III, 'a' da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF).

Quadro 19 – Apuração das Despesas com Pessoal do Poder Legislativo: 2010

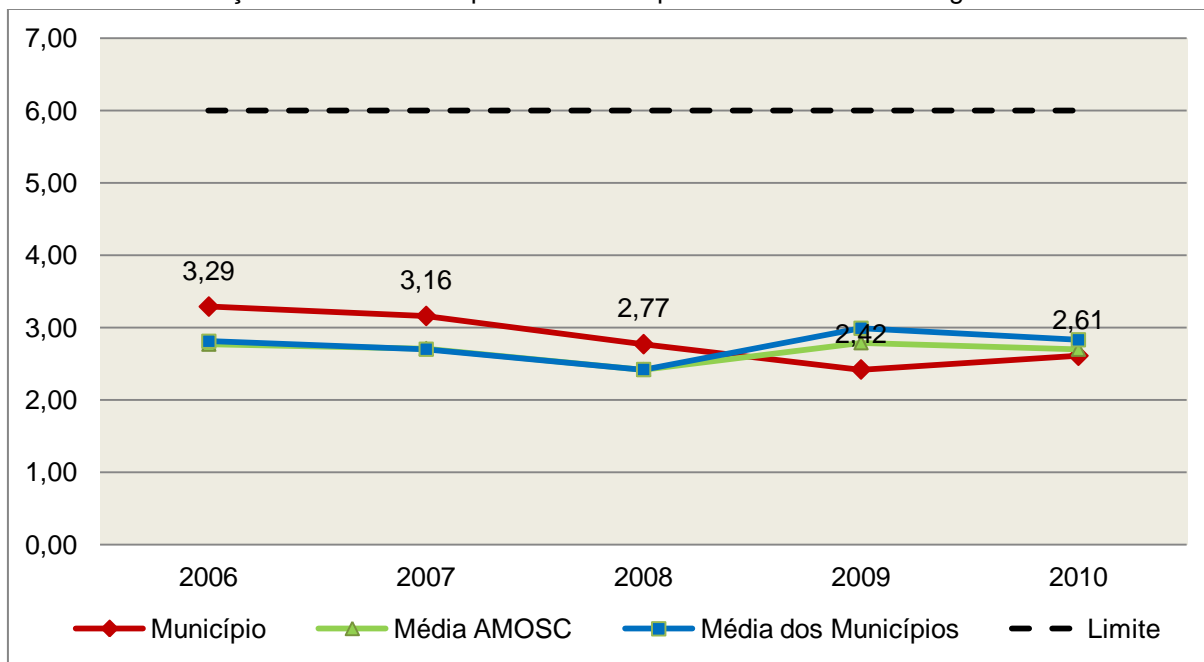
COMPONENTE	VALOR (R\$)	%
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	9.505.802,02	100,00
LIMITE DE 6% DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	570.348,12	6,00
Despesas com Pessoal do Poder Legislativo	248.210,41	2,61
Total das Despesas para efeito de Cálculo das Despesas com Pessoal do Poder Legislativo	248.210,41	2,61
Valor Abaixo do Limite (6%)	322.137,71	3,39

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

*Deduções dispostas no Anexo deste Relatório.

O Poder Legislativo gastou, no exercício em exame, **2,61%** do total da receita corrente líquida em despesas com pessoal, **CUMPRINDO** a norma contida no artigo 20, III, 'a' da Lei Complementar nº 101/2000.

Gráfico 19 – Evolução Histórica e Comparativa da Despesa com Pessoal do Legislativo: 2006 – 2010



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

O estudo evolutivo dos gastos com pessoal da Câmara expõe que houve um aumento do percentual quando comparado ao exercício anterior.

6. DO CONTROLE INTERNO

O Controle Interno na Administração Pública é aquele que se realiza internamente, ou seja, através dos órgãos componentes da própria estrutura administrativa que pratica e fiscaliza os atos sujeitos ao seu controle, conforme preconizado nos artigos 31 e 70 da Constituição Federal.

Nesse sentido, apresenta-se o quadro que segue, indicando o responsável pelo órgão de Controle Interno do Município de Caxambu do Sul, sua lei instituidora e o envio dos relatórios de sua competência:

Quadro 20 – Informações sobre o Sistema de Controle Interno

LEI INSTITUIDORA	04, de 16/12/2003					
RESPONSÁVEL	Jonatas Antonio Biazus	ATO DE NOMEAÇÃO			195/2010, de 21/12/2010	
RELATÓRIOS BIMESTRAIS (art. 5º, § 3º, Res. nº)	Datas Limites para Entrega					
	1º BIM.	2º BIM.	3º BIM.	4º BIM.	5º BIM.	6º BIM.
	31/03/2010	31/05/2010	02/08/2010	30/09/2010	30/11/2010	31/01/2011

TC 16/94)	Datas de Entrega					
	1º BIM.	2º BIM.	3º BIM.	4º BIM.	5º BIM.	6º BIM.
	06/04/2010	02/06/2010	22/07/2010	28/09/2010	02/12/2010	27/01/2011

A restrição oriunda do descumprimento do art. 3º e 4º da Lei Complementar nº 202/2000 c/c 5º, § 3º da Resolução nº TC - 16/94, alterada pela Resolução nº TC - 11/2004, encontra-se anotada no Capítulo 9, deste Relatório.

7. DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - FIA

A Constituição Federal trata do dever da família, da sociedade e do Estado, em caráter prioritário, em assegurar à criança e ao adolescente uma série de direitos, conforme pode ser constatado em seu artigo 227:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Nessa linha foi promulgada a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e trata sobre a proteção integral desses.

A referida Lei prevê em seu artigo 88, incisos II e IV, a criação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e a manutenção de fundo especial, respectivamente. Esse fundo, no caso dos Municípios, deve ser criado por lei municipal, obedecendo ao disposto no artigo 167, IX da Constituição Federal e artigo 74 da Lei nº 4.320/64.

A receita do referido Fundo deve ser vinculada aos seus objetivos e sua finalidade, sendo que a forma de aplicação dos recursos é determinada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. Isto é operacionalizado através da aprovação de seu Plano de Aplicação feita anualmente, em consonância com o Plano de Ação elaborado anteriormente também pelo referido Conselho, de acordo com o artigo 260, § 2º da Lei nº 8.069/90 c/c o artigo 1º da Resolução do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA nº 105, de 15 de junho de 2005, conforme segue:

Lei nº 8.069/90

Art. 260. [...]

§ 2º Os Conselhos Municipais, Estaduais e Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente fixarão critérios de utilização, através de planos de

aplicação das doações subsidiadas e demais receitas, aplicando necessariamente percentual para incentivo ao acolhimento, sob a forma de guarda, de criança ou adolescente, órfãos ou abandonado, na forma do disposto no **art. 227, § 3º, VI, da Constituição Federal**.

Resolução do CONANDA nº 105, de 15 de junho de 2005:

Art.1º - Ficam estabelecidos os Parâmetros para a Criação e Funcionamento dos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente em todo o território nacional, nos termos do art.88, inciso II, do Estatuto da Criança e do Adolescente, e artigos. 227, §7º da Constituição Federal, como órgãos deliberativos da política de promoção dos direitos da criança e do adolescente, controladores das ações em todos os níveis no sentido da implementação desta mesma política e responsáveis por fixar critérios de utilização através de planos de aplicação do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente, incumbindo-lhes ainda zelar pelo efetivo respeito ao princípio da prioridade absoluta à criança e ao adolescente, nos moldes do previsto no art.4º, caput e parágrafo único, alíneas “b”, “c” e “d” combinado com os artigos 87, 88 e 259, parágrafo único, todos da Lei nº 8.069/90 e art. 227, caput, da Constituição Federal. (grifo nosso)

No caso do Município de Caxambu do Sul, constatou-se que o mesmo não possui, nem mesmo como uma Unidade Orçamentária dentro de um Órgão, o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, não atendendo o previsto no art. 88, inciso IV, da Lei nº 8.069/90:

Art. 88. São diretrizes da política de atendimento:

IV - manutenção de fundos nacional, estaduais e municipais vinculados aos respectivos conselhos dos direitos da criança e do adolescente; (grifo nosso)

Além disso, conforme documentação remetida em resposta ao Ofício Circular nº 6.813/2011 (fls. 488 a 495 dos autos), verifica-se que:

1) A nominata e os atos de posse dos Conselheiros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente estão acostados aos autos, às páginas 488 a 494, formado pelas seguintes pessoas:

Maria Lucia S. L Gheller,
Sidicley Mello,
Benhur Mello,
Junior Soares Leal,
Iverlei Moretto,
Silvia Mara Zimmermann,
Evandro Bartolamei,
Justina Inês T. Silveira,
Volnéia Camatti, e
Márcia R.R. de L. Cattani

2) Houve a remessa de documentação referente à Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO) relativa às metas voltadas à Criança e ao Adolescente (fl.495 dos autos), todavia, não houve a remessa do Plano de Ação, que antecede a LDO e deve ser elaborado e aprovado pelo Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente, ficando caracterizada a ausência do mesmo, contrariando o disposto o artigo 260, § 2º da Lei Federal nº 8.069/90 combinado com o artigo 1º da Resolução do CONANDA nº 105, de 15 de junho de 2005.

3) Não houve a remessa do Plano de Aplicação dos recursos do FIA, caracterizando a ausência de elaboração do mesmo, contrariando o disposto no artigo 260, § 2º da Lei Federal nº 8.069/90 combinado com o artigo 1º da Resolução do CONANDA nº 105, de 15 de junho de 2005.

4) A remuneração dos Conselheiros Tutelares (de R\$ 19.441,37), foi paga com recursos da Prefeitura Municipal, conforme fls. 489 dos autos.

8. INCONSISTÊNCIAS CONTÁBEIS

- 8.1. Divergência, no valor de **R\$ 1.865,00**, entre o Resultado Patrimonial apurado na Demonstração das Variações Patrimoniais – Anexo 15 (R\$ 538.926,85) e o Saldo Patrimonial do exercício corrente, apurado no Balanço Patrimonial – Anexo 14, (R\$ 4.453.221,59), deduzido o Saldo Patrimonial do exercício anterior (R\$ 3.916.159,74), em afronta aos artigos 104 e 105 da Lei nº 4.320/64.

9. OUTRAS RESTRIÇÕES

- 9.1. Atraso na remessa dos Relatórios de Controle Interno referentes aos 1º, 2º e 5º bimestres, em desacordo aos artigos 3º e 4º da Lei Complementar nº 202/2000 c/c artigo 5º, § 3º da Resolução nº TC - 16/94, alterada pela Resolução nº TC - 11/2004.

10. SÍNTESE DO EXERCÍCIO DE 2010

Quadro 21 – Síntese

1) Balanço Anual Consolidado	Embora, as demonstrações apresentem inconsistências de natureza contábil, essas não afetam de forma significativa a posição financeira, orçamentária e patrimonial do exercício em análise.	
2) Resultado Orçamentário	Superávit	R\$ 48.710,90
3) Resultado Financeiro	Superávit	R\$ 815.298,06
4) LIMITES	PARÂMETRO MÍNIMO	REALIZADO
4.1) Saúde	15,00%	19,26%
4.2) Ensino	25,00%	31,38%
4.3) FUNDEB	60,00%	63,02%
	95,00%	100,00%
4.4) Despesas com pessoal	PARÂMETRO MÁXIMO	REALIZADO
a) Município	60,00%	49,91%
b) Poder Executivo	54,00%	47,30%
c) Poder Legislativo	6,00%	2,61%

CONCLUSÃO

Considerando que a apreciação das contas tomou por base os dados e informações exigidos pela legislação aplicável, de veracidade ideológica apenas presumida, podendo o Tribunal de Contas - a qualquer época e desde que venha a ter ciência de ato ou fato que a desabone - reapreciar, reformular seu entendimento e emitir novo pronunciamento a respeito;

Considerando que a análise foi efetuada conforme técnicas apropriadas de auditoria, que preveem inclusive a realização de inspeção in loco e a utilização de amostragem, conforme o caso;

Considerando que o julgamento das contas de governo do Prefeito Municipal, pela Colenda Câmara de Vereadores, não envolve exame da responsabilidade de administradores municipais, inclusive do Prefeito, quanto a atos de competência do exercício em causa, que devem ser objeto de exame em processos específicos;

Considerando o exposto e mais o que dos autos consta, para efeito de emissão de PARECER PRÉVIO a que se refere o art. 50 da Lei Complementar nº 202/2000, referente às contas do **exercício de 2010 do Município de Caxambu do Sul**, esta instrução apresenta as seguintes restrições:

1. RESTRIÇÕES DE ORDEM LEGAL

- 1.1. Divergência, no valor de **R\$ 1.865,00**, entre o Resultado Patrimonial apurado na Demonstração das Variações Patrimoniais – Anexo 15 (R\$ 538.926,85) e o Saldo Patrimonial do exercício corrente, apurado no Balanço Patrimonial – Anexo 14, (R\$ 4.453.221,59), deduzido o Saldo Patrimonial do exercício anterior (R\$ 3.916.159,74), em afronta aos artigos 104 e 105 da Lei nº 4.320/64 (item 8.1. deste Relatório);
- 1.2. Atraso na remessa dos Relatórios de Controle Interno referentes aos 1º, 2º, 5º bimestres, em desacordo aos artigos 3º e 4º da Lei Complementar nº 202/2000 c/c artigo 5º, § 3º da Resolução nº TC - 16/94, alterada pela Resolução nº TC - 11/2004 (item 9.1.)

Diante da situação apurada, entende esta Diretoria que possa o Tribunal de Contas, além da emissão do parecer prévio, decidir por:

I - **RECOMENDAR** à Câmara de Vereadores anotação e verificação de acatamento, pelo Poder Executivo, das observações constantes do presente Relatório;

II - **RECOMENDAR** a adoção de providências com vistas à correção das deficiências de natureza contábil constantes do Capítulo 8, deste Relatório;

III - **RECOMENDAR** ao Responsável pelo Poder Executivo a adoção de providências imediatas quanto às irregularidades mencionadas no Capítulo 7 – Do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente;

IV - **SOLICITAR** à Câmara de Vereadores seja o Tribunal de Contas comunicado do resultado do julgamento das Contas Anuais em questão, conforme prescreve o art. 59 da Lei Complementar nº 202/2000, inclusive com a remessa do ato respectivo e da ata da sessão de julgamento da Câmara.

É o Relatório,

DMU/Divisão 7, em /11/2011.

MOEMA RIBEIRO DAUX
Auditor Fiscal de Controle Externo

MARCOS ANDRE ALVES MONTEIRO
Auditor Fiscal de Controle Externo
Chefe da Divisão 7

De Acordo

Em /11/2011.

SONIA ENDLER
Coordenador de Controle
Inspetoria 3

ANEXO

Deduções das Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde

Descrição	R\$
Despesas com Recursos de Convênios e/ou Receitas Vinculadas destinadas às Ações e Serviços Públicos de Saúde (dado extraído do sistema e-sfinge, fls. 516/594 dos autos)	
- Transf. De convênios saúde: R\$ 119.300,00	
- Atenção Básica: R\$ 503.174,41	
- Atenção Média e Alta Complex. Amb. e Hosp.: R\$ 62.808,53	
- Vigilância em saúde: R\$ 9.926,57	
- Assistência farmacêutica básica: R\$ 49.553,22	
Total das Deduções com Ações e Serviços Públicos de Saúde do Município	744.762,73

Deduções das Despesas com Educação Básica

Descrição	R\$
Despesas com Recursos de Convênios e/ou Receitas Vinculadas destinadas à Educação Infantil (fls.497/515 dos autos):	
- Transferência de Recursos do PNAE R\$ 3.000,40	
Despesas excluídas por não serem consideradas como de manutenção e Desenvolvimento da Educação Infantil (demonstrado no Apêndice 1)	758,41
Despesas com Recursos de Convênios e/ou Receitas Vinculadas destinados ao Ensino Fundamental (fls.497/515 dos autos):	
- Salário Educação R\$ 80.298,98	
- Transferência de Convênios – Educação R\$ 141.107,06	
- Transferência de Recursos -PNATE R\$ 61.426,08	
Despesas excluídas por não serem consideradas como de manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental (demonstrado no Apêndice 2)	24.845,01
Total das deduções das despesas com Educação Básica	311.435,94

Deduções da Despesa com Pessoal

Descrição	R\$
Executivo: Indenizações Restituições Trabalhistas (3.1.90.94 e 3.1.91.94)	122.792,96
Total das deduções das despesas com pessoal do Poder Executivo	122.792,96
Total das deduções das despesas com pessoal	122.792,96

APÊNDICE 1

- Despesas excluídas por não serem consideradas como de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Infantil;

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Caxambu do Sul

Competência: 01/2010 à 06/2010

Subfunção: =365- Educação Infantil

Fonte Recurso	NE	Data Empenho	Credor	VI. Empenho (R\$)	Histórico
0	553	24/02/2010	EUNICE LESSA CHIARELLO EPP	17,00	PELA DESPESA EMPENHADA ref. aquisição de 04 kg erva mate.
0	2723	14/06/2010	EUNICE LESSA CHIARELLO EPP	29,37	PELA DESPESA EMPENHADA referente ref. aquisição de 01 pct coco ralado, 01 pct coco queimado, 01 pct chocolate granulado, 02 pct biscoito amantegado, 01 pct bala e 04 cx chá diverso sabores para manutenção da rede infantil de ensino. (Festa de São João).
0	4744	12/11/2010	EUNICE LESSA CHIARELLO EPP	45,64	PELA DESPESA EMPENHADA referente aquisição de 01 pct açúcar, 04 erva mate, 02 leite condensado, 02 creme de leite, 04 lta milho verde, 04 lta ervilha e 02 pct coco ralado para manutenção das atividades do Pré Escolar Chapeuzinho Vermelho, de acordo com A.C. 0529/2010.
0	4784	18/11/2010	EUNICE LESSA CHIARELLO EPP	666,40	PELA DESPESA EMPENHADA referente aquisição de 110 cestas de natal 120g, 15 pct bombons 1kg e 01 pct pirulito para manutenção da Rede Infantil de Ensino, de acordo com A.C. 0534/2010.

Total VI. Empenho (R\$): 758,41 **Total de Registros:** 4

APÊNDICE 2

- Despesas excluídas do por não serem consideradas como de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental;

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Caxambu do Sul

Competência: 01/2010 à 06/2010

Função: 361 – Ensino Fundamental

Fonte Recurso	NE	Data Empenho	Credor	VI. Empenho (R\$)	Histórico
0	243	03/02/2010	APAE DE SÃO CARLOS	2.940,00	PELA DESPESA EMPENHADA referente parceria para educação especial de 21 alunos deste município relativo aos meses de janeiro e fevereiro de 2010, conforme convenio nº 01/09 firmado entre o município de Caxambu do Sul e a APAE.
0	2116	06/05/2010	APAE DE SÃO CARLOS	11.340,00	PELA DESPESA EMPENHADA referente parceria para educação especial de alunos deste município relativo aos meses de março a agosto de 2010, com repasse mensal de R\$ 90,00 p/ aluno, conforme convenio nº 01/10 firmado entre o município de Caxambu do Sul e a APAE.
0	4478	22/10/2010	APAE DE SÃO	3.780,00	PELA DESPESA EMPENHADA referente parceria para educação especial de alunos deste município relativo aos meses de outubro e novembro de 2010, com repasse mensal de R\$ 90,00 p/ aluno,

			CARLOS		conforme convenio nº 01/10 firmado entre o município de Caxambu do Sul e a APAE.
0	5159	07/12/2010	APAE DE SÃO CARLOS	3.780,00	PELA DESPESA EMPENHADA referente parceria para educação especial de alunos deste município relativo aos meses de novembro e dezembro de 2010, com repasse mensal de R\$ 90,00 p/ aluno, conforme convenio nº 01/10 firmado entre o município de Caxambu do Sul e a APAE.
1	556	24/02/2010	EUNICE LESSA CHIARELLO EPP	51,44	PELA DESPESA EMPENHADA ref. aquisição de 03 abacaxi, 2,205 kg laranja, 1,315 kg manga, 1,785 kg maçã, 3,58 kg mamão, 2,135 kg banana, 01 pct café melita e 01 lt refrigerante.
19	1177	22/03/2010	EUNICE LESSA CHIARELLO EPP	522,60	PELA DESPESA EMPENHADA ref. aquisição de 130 cestas de páscoa 180gr para manutenção das atividades da Rede Infantil de Ensino.
1	625	25/02/2010	IRMA ZILIOUO DALLASTRA ME	77,50	PELA DESPESA EMPENHADA ref. aquisição de 34 lanches para reunião dos secretários da região da AMOSC.
0	1424	31/03/2010	IRMA ZILIOUO DALLASTRA ME	700,00	PELA DESPESA EMPENHADA ref. aquisição de 22 bolo nega maluca de chocolate e 600 sanduiches para manutenção (lanches) para o EJA.
1	2472	28/05/2010	IRMA ZILIOUO DALLASTRA ME	590,00	PELA DESPESA EMPENHADA ref. aquisição de 19 bolos nega maluca e 500 sanduiches para alunos do EJA e do CEJA da Escola Municipal Bairro Antena.
1	4618	03/11/2010	IRMA ZILIOUO DALLASTRA ME	666,00	PELA DESPESA EMPENHADA referente aquisição de 740 lanches para os alunos do EJA e CEJA para manutenção das atividades da Rede Municipal de Ensino, de acordo com A.C. 0510/2010.
0	2836	21/06/2010	MERCADO E AÇOUGUE BOTTIN LTDA ME	15,62	PELA DESPESA EMPENHADA referente aquisição de 02 pct coco ralado e 02 cx café em pó para manutenção das atividades na Sec. Mun. de Educação, de acordo com A.C. 0323/2010.
0	3740	25/08/2010	MERCADO E AÇOUGUE BOTTIN LTDA ME	211,15	PELA DESPESA EMPENHADA referente aquisição de 05 kg carne moída, 20 kg coxa e sobre-coxa, 05 óleo soya, 10 dz ovos, 03 kg cebola, 03 kg tomate, 03 pct alho 380 g e 10 kg batatinha para manutenção das atividades da Sec. Mun. de Educação, de acordo com A.C. 0416/2010.
0	1538	06/04/2010	SALETE TONINI CAMATTI	80,00	PELA DESPESA EMPENHADA ref. aquisição de 01 lanche para reunião de professores que acontecerá no dia 12/04/2010 na sala anexa a Sec. Mun. de Educação para monitoramento do PAR.
19	5232	10/12/2010	W.A. BAZAR LTDA ME	90,70	PELA DESPESA EMPENHADA referente aquisição de 03 pct bombons e 04 pct pirulitos para encerramento das atividades escolares no dia 17/12/2010 na Escola Municipal Bairro Antena, de acordo com A.C. 0570/2010.

Total VI. Empenho (R\$): 24.845,01

Total de Registros: 14

APÊNDICE 3

Apuração das Despesas realizadas com Recursos do FUNDEB

Descrição	Valor (R\$)
Transferências do FUNDEB em 2010 (dado coletado no Anexo 02 –fl. 07 dos autos)	986.7032,01
(+) Rendimentos de aplicação Financeira do FUNDEB (dado coletado no Anexo 02, fl. 05)	528,83
(-) Saldo Financeiro do FUNDEB em 31/12/2010 (dado coletado do sistema e-sfinge, fl. 631 dos autos, conta 13.271-3)	0,00
(+) Despesas empenhadas e liquidadas e as não liquidadas, com recursos do FUNDEB (grupo de fontes 1 e 2), inscritas em Restos a Pagar <u>com disponibilidade dos recursos do FUNDEB</u> (dado coletado no sistema e-Sfinge, fl. 608)	0,00
(=) Total de utilização dos recursos do FUNDEB no exercício de 2010	987.231,84

Controle da utilização de recursos para o exercício subsequente (art. 21, § 2º da Lei nº 11494/2007)	
Descrição	Valor (R\$)
Saldo Financeiro do FUNDEB em 31/12/2010 (dado coletado no sistema e-sfinge, fl. 631 dos autos)	0,00
(-) Despesas inscritas em Restos a Pagar (dado coletado no sistema e-sfinge, fl. 628)	0,00
(=) Recursos recebidos do FUNDEB em 2010 que não foram utilizados	0,00